

Reforma do Sector de Defesa e Segurança ESPECIAL LEITORES



**Imagens do
Lançamento do
Boletim
Informativo
ECO da Voz di Paz
em Bissau
p.12**



Sumário:

Editorial.....	p.2
Actividades da Voz di Paz.....	p.3
Lançamento do Boletim Informativo ECO da Voz di Paz em Bissau.....	p.5
Discurso do Bispo de Bissau, D. Camnaté na Bissign.....	p.11
«Os principais actores da Mudança» por Joacine Katar Moreira	p.16
«Acerca da Reforma das Forças Armadas» por Raul M. Fernandes.....	p.18
«As Forças Armadas num Estado em <i>Interrogação</i> » por Nelson Lopes.....	p.20
«Pontos de vista sobre a Missão EU-SSR» por Ana Larcher.....	p.23
«O poder das armas ou as armas do poder?» por Omarildo Silva.....	p.26
«Aos velhos camaradas, não bastará uma simples Reforma» por Flaviano Mindela.....	p.27
«Refundar uma Nação» por Ireneu Vaz.....	p.29
Mensagens e comentários dos leitores.....	p.31

GALERIAS:

Voz di Paz/ Interpeace: sessões de trabalho.....p.2

Imagens da marcha civil-militar de 13 de Novembro, Mansoap.5

Fotogaleria do Lançamento do Boletim ECO da Voz di Paz em Bissau.....p.12

EDITORIAL

«As Palavras Voam»

A reforma dos Sector da Defesa e Segurança é o tema mais falado, hoje, na Guiné-Bissau e nas comunidades guineenses além fronteiras. Falado. Pois, não é o tema sobre o qual mais se escreve.

O debate é animado, mas circunscrito a alguns círculos. Os seus componentes não gozam da circulação prolongada de um documento escrito, que favorece uma larga audiência e uma ampla participação na troca de ideias.

Este debate padece da fraqueza principal das trocas orais. As suas palavras voam.

O Eco da Voz di Paz, embora tenha um nome que valoriza o som das palavras, pauta os seus desígnios pela vontade de deixar traços duráveis e aceder a maiores números de pessoas. Por isso, preza os debates escritos.

Nesta perspectiva, abre as suas colunas aos guineenses e todos os que se interessam pela Guiné, para que expressem as suas ideias e que estas ecoem em todos os quadrantes, suscitando reacções enriquecedoras, contribuições diversificadas, contradições fecundas e convergências confortantes.

O repto lançado acerca da reforma das Forças de Defesa e Segurança suscitou um interesse encorajador.

Os leitores enviaram contribuições que o Eco da voz di Paz saúda pela sua qualidade, e propõe aos outros leitores para que desencadeiem novos ecos que irradiem em todos os círculos no país e na diáspora, ondas de um diálogo saudável.

Fafali Koudawo
Director da «Voz di Paz»

Voz di Paz/Interpeace Sessões de Trabalho



Reunião de Trabalho Voz di Paz/Interpeace, Bissau



Preparação do lançamento do Boletim Informativo ECO da Voz di Paz, Bissau



Reunião com membros dos Espaços Regionais de Diálogo em Bissau



Actividades Voz di Paz

- Setembro/Outubro 2010 -



O mês de Setembro foi capital para a transição que a Voz di Paz está a fazer, passando da fase de recolha das causas de conflitos à da reflexão sobre as soluções para os problemas identificados.

Nesta perspectiva, esteve em Bissau, em visita de trabalho, uma delegação da Interpeace composta por Renée Larivière da sede da Interpeace em Genebra e Serge Ntakirutimana, investigador do CENAP - Centre d'Alerte et Prévention de Conflits do Burundi.

O objectivo era partilhar com a equipa da Voz di Paz a experiência granjeada noutros países, e facilitar a reflexão sobre a metodologia da próxima etapa do exercício participativo em curso. A reflexão incidiu principalmente sobre a escolha das temáticas a estudar, a formação dos grupos de reflexão temáticos, o papel dos Espaços Regionais de Diálogo e o cronograma.

Os principais resultados da reflexão metodológica foram: a opção de estudar as quatro primeiras causas de conflito hierarquizadas pelo exercício participativo, a saber:

- O enfraquecimento do Estado e a má governação, a pobreza, a má administração da justiça e o tribalismo.

Estas temáticas serão respectivamente estudadas através das seguintes manifestações concretas, susceptíveis de receber soluções pragmáticas:

- A insegurança das pessoas e dos bens, o acesso aos serviços sociais básicos, o acesso à

justiça, e a instrumentalização das etnias pela política partidária. O ano 2011 será consagrado a estes estudos que serão realizados numa base de participação alargada.

Em finais de Setembro iniciou a difusão do relatório sobre as causas de conflitos, em versão inglesa. O Representante do Secretário Geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau foi o primeiro a tomar conhecimento do documento.

No dia 30 de Setembro, a Voz di Paz fez o lançamento oficial do seu Boletim informativo "Eco da Voz di Paz", no Centro cultural Franco-Guineense.

O acto foi marcado pelas alocações do Presidente do Conselho de Administração da Voz di Paz, Dom Camnaté Na Bissign, Renée Larivière da Interpeace e Fafali Koudawo, director da Voz di Paz.

Neste acto de lançamento estiveram presentes mais de 300 participantes, entre civis, polícias, militares e outras componentes sociais.

Destacaram-se as presenças dos membros da Assembleia geral da Voz di Paz e dos Espaços Regionais de Dialogo, e de personalidades tais como o ex-presidente da Republica e ex-primeira dama, a Ministra da Coesão Social, da Família e da Luta contra Pobreza, o Secretário de Estado da Ordem Pública e o Secretário de Estado da Energia.

No lançamento do Eco foram projectados dois filmes que espelham alguns aspectos do diálogo promovido pela Voz di Paz:

a "Voz di Povo" e "Diálogo com os militares".

Todos os participantes neste evento receberam gratuitamente as quatro primeiras edições do boletim informativo.

O mês de Outubro teve uma grande importância na constituição de grupos de reflexão para assistir, enriquecer e validar os trabalhos de pesquisa sobre as causas de conflitos e as soluções.

O apelo da equipa da Voz di Paz à colaboração das mais variadas camadas da sociedade, tanto nas zonas rurais como nas áreas urbanas, teve uma recepção positiva quase unânime, que testemunha o amplo reconhecimento da organização e suas iniciativas a favor da paz.

Um outro sinal da audiência alargada da Voz di Paz foi a importância dada pelos representantes da União Africana aos resultados alcançados pelo programa de pesquisa acção.

No dia 14 de Outubro, teve lugar um encontro de trabalho com o Professor Sebastião Isata, Representante Especial da União Africana, e seus colaboradores, que receberam um briefing detalhado da VdP, complementado pelo visionamento de dois filmes sobre as causas de conflitos e o diálogo com os militares, tendo estes, de seguida, exprimido um profundo reconhecimento pelo trabalho realizado, e expressado a intenção de acompanhar atentamente as fases subseqüentes desta iniciativa singular para a edificação de uma paz duradoura.

Actividades Voz di Paz - Novembro/Dezembro 2010 -



Novembro foi o mês da fraternização entre a população civil e os militares na vila de Mansoa.

A iniciativa do Espaço Regional de Diálogo de Oio (Mansoa, Nhacra e Bissorã) de promover uma actividade desportiva conjunta entre militares e civis resultou numa grande marcha civil-militar no dia 13 de Novembro.

O evento teve uma magnitude inédita. Milhares de pessoas de todas as origens sociais e étnicas, de todas as camadas etárias e das mais variadas filiações espirituais concentraram-se na Rotunda de Jugudul, a mais importante encruzilhada das vias do norte, sul e leste, para marchar alegremente até ao Estádio de Mansoa, em nome da paz e da fraternidade entre todos os filhos e filhas do país.



Administradora do Sector de Mansoa, recebe exemplares do ECO da Voz di Paz



Comissário Político-militar da zona Norte em discurso no dia da marcha de Mansoa, depois de ter recebido o Boletim Informativo

O sucesso sem precedente deste acontecimento foi mostrado ao mundo pelo canal televisivo RTP África.

O engajamento massivo e abnegado da multidão foi um símbolo da pertinência da iniciativa, da capacidade de organização do Espaço Regional de Diálogo em parceria com a Rádio Sol Mansi, a emissora mais ouvida no país, que, por sinal, tem por lema Uma Voz de Paz na Guiné.

O último mês do ano foi marcado por uma outra actividade desportiva destinada a promover a convivência pacífica entre as populações na base.

O Espaço Regional de Oio (Mansaba - Farim) organizou um torneio de futebol para a paz entre 12 tabancas do sector de Mansaba. Este acontecimento teve uma grande importância simbólica. Foi o reencontro, através do futebol, de irmãos outrora desavindos por causa da bola.

Na sequência de um encontro de futebol, uma briga cujo motivo profundo ficou desconhecido provocou um morto, levando a uma desavença profunda entre duas tabancas: vizinhas de Djendu e Cambadju.

A contenda perigosamente embaraçosa para todas as partes foi resolvida graças à intervenção de membros do Espaço Regional de Diálogo. Para selar a reconciliação, a Voz di Paz criou um Torneio da Paz dotado de uma Taça da Paz que será anualmente disputado num espírito de consolidação da paz entre as 12 tabancas da area.

A primeira edição foi ganha pela tabanca de Djendu donde era oriundo o malogrado cuja sorte fatal quebrou uma longa tradição de coabitação pacífica.



Fafali Koudawo w John Kufuor, ex-presidente do Gana e Presidente do Conselho de Administração da Interpeace, logo após a mesa redonda sobre democracia e conflitos. Genebra, Dezembro de 2010

O director da Voz di Paz, Fafali Koudawo, participou numa mesa redonda sobre a democracia, eleições e conflitos nos países frágeis, organizada em Genebra à margem da reunião anual das instâncias dirigentes da Interpeace.

Fafali Koudawo apresentou nesta ocasião uma reflexão sobre a necessidade de uma "democracia transicional" nos países emergindo de conflitos, em crise ou fragilizados demais para aguentar, depois de um trauma violento ou não, o choque, as tensões e a provação da autêntica guerra de palavras que são as eleições.

Imagens Mansoa

Marcha Civil-Militar de 13 de Novembro



A Guiné quer Paz, a solução está em MIM

Imagens Mansoa

Marcha Civil-Militar de 13 de Novembro



Imagens Mansoa

Marcha Civil-Militar de 13 de Novembro



Imagens Mansoa

Marcha Civil-Militar de 13 de Novembro



Lançamento do Boletim Informativo

ECO da Voz di Paz em Bissau



Por Isaiete Jabulá, Alberto Quematcha, Udé Fati

Acontecimento do mês de Setembro, o lançamento do Eco da Voz di Paz marcou um momento alto da vida social e cultural do país.

A 30 de Setembro, no Centro Cultural Franco-Guineense, a Voz di Paz - Iniciativa para a Consolidação da paz, apresentou publicamente a versão impressa do seu boletim informativo denominado “ECO da Voz di Paz”, cuja ambição é de aproximar os Guineenses e levar longe a voz do povo amante da paz.

Palavras desgastas

A sessão da abertura foi presidida por Sua Excelência Bispo de Bissau, na qualidade do presidente do Conselho da Administração da Voz di Paz, que na ocasião afirmou que a publicação do ECO é mais um passo em frente na busca da paz tão almejada e da reconciliação dos Guineenses.

O Bispo recordou que a Voz di Paz vem tentando ao longo dos anos mobilizar os Guineenses em favor da paz, da descoberta dos obstáculos à paz, procurando identificar as temáticas mais candentes de conflitos no país.

Segundo Dom José Camnaté Na Bissign, as palavras Justiça, Paz e Reconciliação já estão desgastadas na sociedade Guineense por tanto serem usadas, sem, no entanto, entrar nos corações e na vontade de muitos Guineenses.

O Bispo de Bissau fez votos para que a iniciativa da Voz di Paz seja mais uma valia a colaborar com êxitos com os ideais da conferência nacional da reconciliação lançada pela Assembleia Nacional Popular.

Actores locais da paz

A representante da Interpeace, **Renée Larivière**, referiu que a sua organização trabalha sobre temas de reconciliação e paz com base em três princípios:

- Apropriação local, quer dizer, a sua organização dá prioridade às iniciativas locais e não às externas ou internacionais na busca da paz;
- Apoio aos processos do quotidiano dos diferentes sectores sociais a todos os níveis, desde a camada mais baixa à mais alta da sociedade;
- Valorização das comunidades locais, sendo estas os verdadeiros actores na busca da paz, pois não é o financiamento de um ou dois anos de um doador que traz a paz, mas é o empenho da população num processo participativo e inclusivo.

“Estamos numa relação muito estratégica com a VdP, que construiu consensos, neste momento, sobre a busca das raízes de conflitos. A VdP está radicada na sociedade através dos Espaços Regionais de Diálogo. É este tipo de processo que apoiamos”

acrescentou Renée Larivière que, por fim, garantiu todo o apoio necessário da parte da sua organização para a implementação das actividades da segunda fase da Voz di Paz, dedicada à procura das explicações das causas de conflitos e elaboração de soluções.

Caixa de ressonância da voz do povo

Para **Fafali Koudawo**, Director da Voz di Paz, a organização que dirige visa contribuir para a criação de um quadro de diálogo em que os Guineenses possam exprimir as diferenças que podem causar conflitos.

Por isso, em 2008, a equipa da Voz di Paz percorreu todas as regiões do país para ouvir todas as camadas das populações sobre as causas profundas de conflitos e os obstáculos à paz na Guiné-Bissau.

Em 2009, voltou a fazer o mesmo percurso para enriquecer e validar os resultados da recolha do ano anterior.

O ano 2010 vem na sequência dos percursos precedentes como um período de divulgação dos resultados da escuta da fala do povo.

É nesta perspectiva que Fafali Koudawo encara o ECO como um instrumento para reflectir a fala do povo ouvida nas auscultações:

“O ECO é, portanto, a caixa de ressonância da voz do povo. O nome foi escolhido para reflectir a fala do povo e expandir as ondas das iniciativas de paz portadoras de sementes de um amanhã manso.”

Assento nas passadeiras.

Foram apresentados quatro edições deste boletim informativo, começando pelo ECO nº0 que reflecte a primeira auscultação da diáspora em Novembro de 2009 em Lisboa; o ECO nº1 que descreve o carnaval como uma época de paz, o nº2 dedicado à mulher guineense e o nº3 reservado à reforma das Forças Armadas.

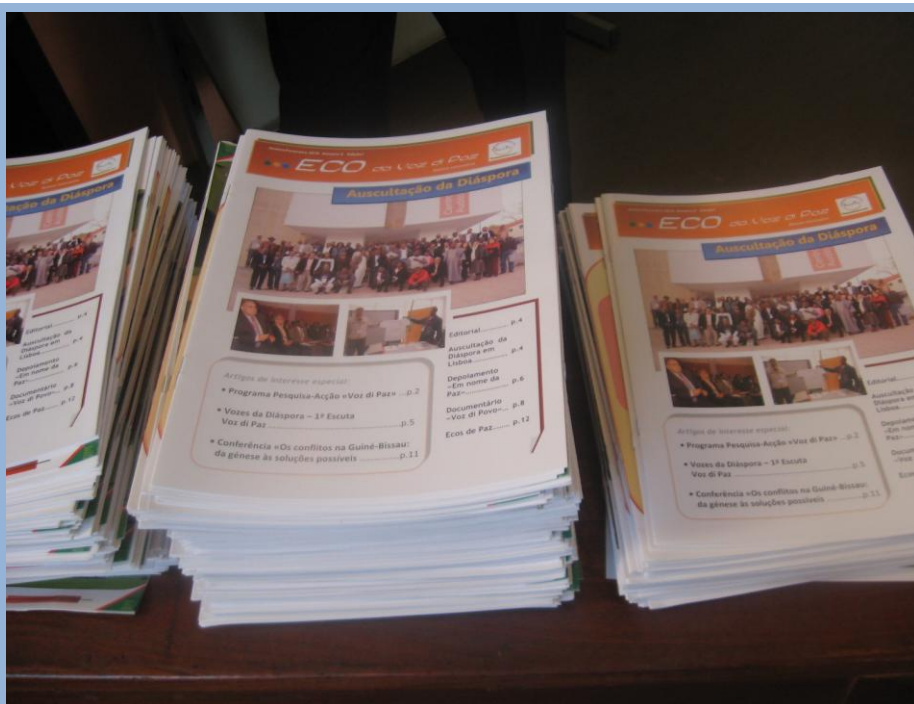
O evento foi marcado pela apresentação de dois filmes frutos de recolhas feitas durante o processo da auscultação realizada em 2008-2009.

Foi também abrilhantado pelo número elevado, a qualidade e diversidade dos participantes entre os quais destacam-se várias personalidades e figuras nacionais, representantes de instituições públicas, privadas e diplomáticas, membros dos Espaços Regionais de Diálogo, e uma massa considerável de jovens, representantes das associações de base.

Esta afluência ultrapassou a capacidade do salão do Centro Cultural Franco-Guineense, que ficou rapidamente repleto ao ponto de algumas pessoas elegerem assento nas passadeiras.



Imagem do lançamento do Boletim Informativo ECO da Voz di Paz, a 30 de Setembro de 2010, no Centro Cultural Franco-Guineense



Os Boletins Informativos Nº0, Nº1, Nº2 e Nº3 foram distribuídos a todos os presentes no lançamento

Discurso do Bispo de Bissau D. José Camnate Na Bissign

Apresentação do Boletim Informativo ECO DA VOZ DI PAZ

Digníssima representante de Interpeace, Sra. Renée Larivière
Caros responsáveis e membros da “Voz di Paz”, Iniciativa para consolidação da paz

Ilustres convidados,
Senhoras e Senhores aqui presentes,

Como pastor da Igreja Católica da Guiné-Bissau e como Presidente do Conselho de Administração da “Voz di Paz”, tenho o grato prazer de vos poder dirigir algumas breves palavras no início desta apresentação pública do boletim informativo “Eco da Voz di Paz”, uma das iniciativas do Programa de pesquisa-acção “Voz di Paz”.

Esta Iniciativa vem tentando corajosamente, desde 2007, mobilizar os Guineenses para a realização duma série de valiosas acções em favor da paz no seu país, nomeadamente:

- a descoberta daquilo que impede a instauração duma paz duradoura na Guiné-Bissau;
- a busca da melhor maneira para aproximar os Guineenses desavindos por anos de inextricáveis contendas;
- a promoção e enraizamento duma cultura de paz ao serviço da cidadania e do desenvolvimento.

Em 2008 e 2009 a “Voz di Paz” quis ouvir os Guineenses, mesmo os da Diáspora, sobre os obstáculos à paz e procurou identificar as temáticas mais candentes de conflitos. Neste momento, ela prossegue os seus esforços para a realização dum

consenso nacional sobre o produto dessas escutas, num diálogo sincero que possa levar ao reencontro pacífico dos corações e à sua adesão aos ideais duma cultura de paz no país.

A iniciativa em que agora participamos é mais um passo em frente na direcção da tão almejada reconciliação e paz que todos desejamos mas que tarda em chegar. A publicação do boletim informativo da “Voz di Paz” é uma forma de concretização de mais esse passo em frente. É que a escrita tem o condão de resistir à voragem dos tempos e ao esquecimento rápido da memória humana, sobrecarregada diariamente por uma multidão de informações variadas. Tem razão a sabedoria popular quando ensina desde há séculos:

“palavras leva-as o vento, mas os escritos permanecem e resistem”!

Permitam-me que aproveite esta oportunidade para agradecer, do fundo do coração, a Interpeace (aqui representada pela Sra. Renée Larivière) por ter abraçado este projecto desde a primeira hora e por ter-lhe garantido os apoios financeiro e moral indispensáveis para uma obra deste género. Gostaria também de manifestar publicamente o meu apreço e o meu encorajamento a todos os promotores da “Voz di Paz”, Iniciativa para a consolidação da paz, aqui representados na pessoa do seu Secretário Executivo Dr. Fafali Koudawo. Eles tiveram a coragem de arrancar com esta valiosa iniciativa; e às vezes o mais

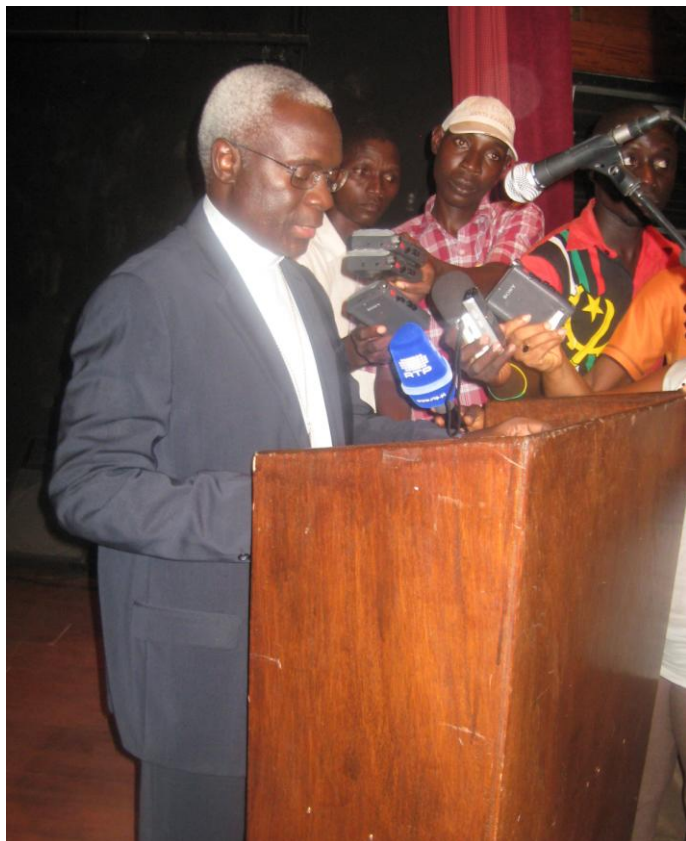
difícil é mesmo ter a ousadia de começar, de dar o primeiro passo. Como também diz a sabedoria popular: “um caminho, por mais longo que seja, começa sempre pelo primeiro passo”! Agora, já dado esse primeiro passo, será mais fácil prosseguir a caminhada. Faço votos sinceros para que a “Voz di Paz” seja uma mais-valia a colaborar com êxito nos ideais da Conferência Nacional “Caminhos para a consolidação da paz e desenvolvimento”, lançada pela Assembléia Nacional Popular e apadrinhada pela Presidência da República e pelo Governo da nação. Todos somos poucos para realmente consolidarmos a paz e o desenvolvimento integral neste país.

A terminar, em nome da Igreja Católica da Guiné-Bissau e de todas as pessoas de boa vontade, formulo votos sinceros de reconciliação, justiça e paz para este nosso país. Estas três palavras (reconciliação, justiça, paz) já parecem “velhas e desgastadas”, de tanto as usarmos em discursos de circunstância ou em páginas escritas dos jornais; mas elas ainda não entraram profundamente nos corações e nas vontades de muitos Guineenses. E, sem isso, continuaremos no fundo do poço de nossas desgraças presentes e não teremos força para levantar a cabeça com dignidade, como o fazem todos os outros povos da terra. Então, mãos à obra pois o nosso “djemberén” comum ainda está por construir! Muito obrigado.

Bissau, 30 de Setembro de 2010

FOTOGALERIA

LANÇAMENTO DO BOLETIM INFORMATIVO ECO DA VOZ DI PAZ EM BISSAU



Dom Camnate Na Bissign, Bispo de Bissau e Presidente do Conselho de Administração da Voz di Paz



D. Camnaté Na Bissign, Bispo de Bissau , Eusébio Abubacar Camara e Carmen Pereira

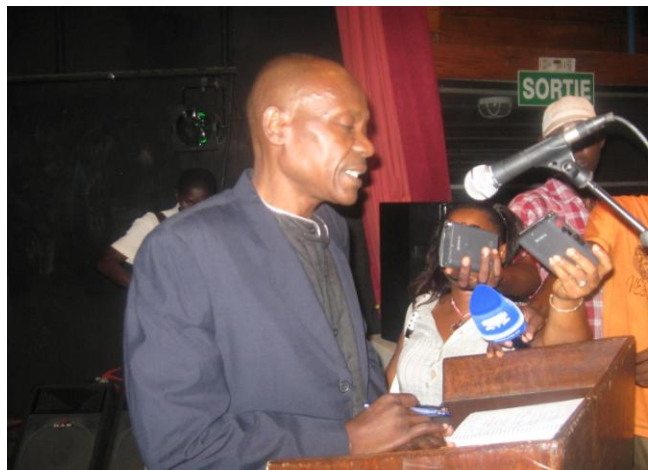


D. Camnaté Na Bissign, Bispo de Bissau e Carlos Domingos Gomes (Pai)



FOTOGALERIA

LANÇAMENTO DO BOLETIM INFORMATIVO ECO DA VOZ DI PAZ EM BISSAU



Fafali Koudawo, Director da Voz di Paz



Plano da Assistência. O lançamento contou com três centenas de participantes



Plano da Assistência



Filomena Tipote, investigadora da Voz di Paz



O lançamento contou com muitos jovens do mundo associativo guineense



FOTOGALERIA

LANÇAMENTO DO BOLETIM INFORMATIVO ECO DA VOZ DI PAZ EM BISSAU



*Ex-Presidente da República
Henrique Rosa e Esposa*



*A assistência contou com a
diversidade de participantes*



*Planos da
assistência do
lançamento do
Boletim ECO*



Alima Ferrage



FOTOGALERIA

LANÇAMENTO DO BOLETIM INFORMATIVO ECO DA VOZ DI PAZ EM BISSAU



Renée Larivière, da Interpeace



Tenente Coronel Salvador e Chefe Tradicional



O lançamento reuniu pessoas de diferentes faixas etárias e pertencças étnicas, religiosas e políticas



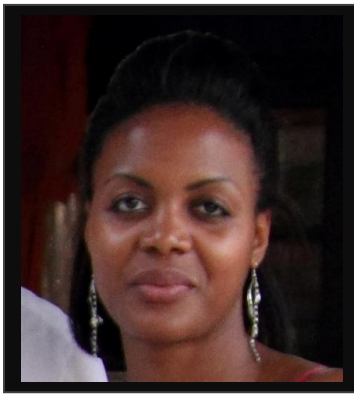
Renée L. e Serge, da Interpeace



Jovens de várias Associações locais

A Guiné quer Paz, a solução está em MIM

«Os principais actores da Mudança»



Joacine Katar Moreira
(Editora do ECO da Voz di Paz)
Doutoranda em Estudos Africanos -
ISCTE-IUL

Associa-se a Mudança geralmente ao corte com o tradicional e com o arcaico, relacionando-o com a modernização, o avanço científico, económico e industrial.

Mudança Social, Mudança Económica, das Mentalidades, das Lógicas de Acção, Mudança Política, a Mudança é um fenómeno multidimensional.

Sendo a Mudança um meio para a realização de outras mudanças, por mais que seja um único elemento a provocar a cadeia de mudanças, a Mudança acontece quando existe uma disposição para a receber, mesmo que não manifestada.

Assim, a ideia de Mudança parte do desejo de transformação da realidade, para um estágio mais favorável e que garanta condições propícias para mais e melhores desenvolvimentos.

Mas porque escrevo sobre Mudança, numa edição dedicada à reflexão sobre a Reforma das Forças de Defesa e Segurança (FDS) da Guiné-Bissau?

A razão primeira é simples: o país precisa de Mudança.

A segunda razão prende-se com o facto de as FDS da Guiné serem tidas como elementos-chave para a provocação de mudanças no país.

Se outrora as mudanças provocadas tenham sido no decurso de golpes de estado e tentativas de supremacia face ao poder político, procura-se agora junto das Forças de Defesa e Segurança a mudança positiva, que passa pela reforma do sector.

A Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau é tida como um dos elementos-chave para a procura da consolidação da paz e estabilidade nacional.

O percurso pós-independência da Guiné, desde 1973 é, contudo, um percurso que cria divisões no seio dos guineenses, devido à condução do país e ao difícil relacionamento entre os diferentes actores da Mudança.

Quem são os actores de Mudança da actualidade? Sem grandes explicações, apontaria a economia, a política, as questões ambientais e as instituições de desenvolvimento e cooperação.

Estes diferentes actores, devem ser parceiros na construção da estabilidade e da paz, proporcionando mudanças, que possam garantir as seguintes condições:

- Redução da Pobreza
- Economia e Finanças Públicas consolidadas
- Segurança
- Governance
- Reabilitação Física e das Infraestruturas nacionais

Não se pode querer reformar as forças armadas sem que se pretenda também reformar a classe política guineense. Ambas são duas faces da mesma moeda. A moeda da instabilidade e da discórdia.

A Reforma das FDS da Guiné-Bissau tem por objectivo proporcionar algumas destas condições.

Não se pode contudo ignorar a complexidade da cultura política guineense, marcada por acontecimentos insólitos, que exigem uma análise prolongada e relacional para o seu entendimento.

A conduta das Forças de Defesa e Segurança não pode ser dissociada do comportamento dos actores políticos do país. O que significa que a Reforma de uns deve implicar o questionamento doutros.

Da mesma forma, na implementação da Reforma, não se podem adoptar soluções pronto-a-vestir, devendo ter-se em conta as especificidades existentes na relação (histórica) entre os diferentes actores.

Para isso, é fundamental a união de todos, o contributo das diferentes formações e sensibilidades para uma efectiva consolidação da paz e da concórdia no seio dos guineenses.**

ESPECIAL LEITORES

Na sequência dos números especiais do Boletim Informativo dedicados à Reforma das Forças de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau, este ECO contou com a contribuição dos Leitores, encerrando a série. Os textos foram a melhor selecção das contribuições recebidas.

As opiniões expressas são da única e exclusiva responsabilidade dos seus autores. A Voz di Paz privilegia o diálogo e o debate de ideias.

«Acerca da Reforma das Forças Armadas»



Raúl Mendes Fernandes
Investigador INEP e Prof.
universitário
(Bissau)

A Voz di Paz pediu-me uma colaboração para um número especial do seu Boletim Informativo que procuro dar com a esperança sincera de contribuir para criar um ambiente propício ao diálogo à volta de um tema tão sensível e vital para uma cultura de paz.

a) Toda a opinião emitida por civis em relação à questão militar não deixa de colocar problemas que têm a ver com a sua legitimidade.

A hierarquia das Forças Armadas é uma hierarquia construída segundo vários princípios.

Entre estes princípios salientamos o de 'heroísmo' ou coragem demonstrada no campo de batalha face ao(s) inimigo(s), que se exprime na figura de comandante; o da 'senioridade', ligada ao estatuto adquirido pelos processos de iniciação que legitimam o poder do 'lantendã', e o ligado à 'tecnicidade militar', cujo grau é na maioria dos casos adquirido pela formação nas escolas militares e que se encontra expresso nas patentes militares, no caso dos oficiais de alferes a general,

para o exército, e de capitão de mar e guerra a contra-almirante, para a armada.

b) O valor atribuído por cada um desses princípios é distinto segundo as gerações de militares e instituições que enquadram as Forças Armadas. As antigas gerações atribuem maior valor aos primeiros princípios e as mais novas ao terceiro.

A classe política pertencente quer à situação quer à oposição privilegiam o terceiro princípio mas colaboram num jogo estratégico com os outros dois princípios em função da sua pertença a um dos dois campos.

Isso significa que quando se encontram no poder põem em marcha um dispositivo e quando se encontram na oposição põem em marcha outro.

Estas várias atribuições de valor conjugadas à luta pelos recursos do estado, particularmente acesa neste período de gestão privada do estado, torna a questão das patentes um foco permanente de conflitos.

Não será certamente um acaso que cada grave crise, violenta, das Forças Armadas tenha sido precedida por uma outra relacionada com a atribuição de patentes.

d) Para um diálogo com a chefia militar o interlocutor válido deverá possuir formas de legitimidade equivalentes que possibilitem a sua aceitação como par entre pares. A horizontalidade do diálogo pode acrescentar alguma eficácia no tocante às resoluções que daí podem emanar.

e) Devemos, por isso, conhecer os limites da nossa opinião ou de outra dada por um 'civil' letrado que pode correr o risco da sua desvalorização por carecer da legitimidade necessária.

Sem esse reconhecimento, e apenas afiançados no valor de um discurso fundamentado na ciência e no direito, corremos o risco de nem sequer sermos ouvidos e entendidos, apesar das boas intenções.

f) O reconhecimento dos limites do discurso não deve impedir a formulação de questões que podem ser válidas para o avanço do diálogo em torno da reforma.

Algumas questões devem ser formuladas para permitirem a criação de um diálogo virtuoso em vez do circulante e/ou vicioso que só pode acrescentar mais conflitos aos já existentes.

g) Duas questões me parecem fundamentais: será que os militares pediram uma Reforma das Forças Armadas? No caso de a resposta ser positiva, que Reforma ou que reformas pediram?

h) Temos ouvido até de forma quase compulsiva os discursos sobre o tema da Reforma.

Eles provêm de todos os quadrantes, militares, civis, políticos, e tornaram-se de alguma forma repetitivos e monótonos.

Tornaram-se uma espécie de *langage de bois* que não ajuda ao diálogo porque essa repetição do mesmo pode ser associada à falsidade e não vai permitir a

abertura e a confiança necessárias a um diálogo sincero.

O que queremos referir ao pormos essas questões tem a ver com a ‘interiorização’ da necessidade de reforma(s) e a sua consensualização no seio das diferentes forças das Forças Armadas.

Sem essa ‘interiorização’, a Reforma é entendida como uma exigência ‘externa’ dos políticos ou dos estrangeiros, que para muitos militares da antiga geração são, por vezes, equivalentes. Esse sentimento de ‘exterioridade’ ou mesmo de imposição ‘externa’ pode assumir várias figuras :

- a preferência por um ou outro oficial que pode parecer aos promotores da paz como mais dialogante;

- a ‘limpeza’ de certos oficiais segundo critérios pouco consensualizados;

- os meios postos à disposição, dinheiro, viaturas, viagens, privilégios, atribuídos aos mais ‘competentes’ ou ‘fiéis’ segundo critérios não consensualizados;

- as promessas de financiamento e a redução dos efectivos;

- o constante apelo dos políticos à força dos militares para colmatar a sua fraqueza institucional.

Esse conjunto faz da Reforma um *boomerang* que faz dela mais um problema crítico em vez de uma possibilidade de solução.

i) As Forças Armadas, pela sua história, criaram um ‘bloco histórico’ com a nação guineense que se constituiu em movimentos de oposição aos inimigos externos e que reage

com determinação contra tudo o que lhe parece ser imposição.

Este legado histórico faz com que a questão da reforma não possa ser colocada, por um lado, sem uma demanda interna, e, por outro, seja reduzida ao pão, no nosso caso ao saco de arroz, quando uma importância idêntica ou superior se encontram na dignidade e na memória histórica dos nossos ‘heróis’.

j) Esse sentimento de ‘exterioridade’ da Reforma pode impedir as Forças Armadas de trazer de *motu proprio* as suas ideias de reformas suficientemente discutidas e consensualizadas entre eles sem as múltiplas e constantes interferências que muitas vezes procuram solucionar os seus problemas específicos e não os dos militares.

A ‘exterioridade’ da Reforma leva à desconfiança sobre os reais propósitos dos seus promotores e a uma estratégia de autodefesa e de vigilância interna contra vozes discordantes que acaba por cair no silenciamento, no não dito, no simulacro e na falsidade das relações.

k) A Reforma podia ganhar muito com a sua ‘interiorização’ e a sua clara demanda pelas forças das Forças Armadas, após a consensualização dos seus termos.

Essa formulação pode ir perfeitamente ao encontro da adequação que se espera delas às exigências da ‘modernização do estado’. Porque não?*



Desenvolvimento

Voz di Paz
Iniciativa para a
Consolidação da Paz

Morada:

Rua José Carlos Schwarz
Edifício SITEC
CP.588 Bissau

Tls: 6065454 | 6614725 |
6633617

Email:

vozdi paz@gmail.com

Visite-nos em:

www.vozdipaz.org
www.vozdipaz.com
(site em construção)

«As Forças Armadas num Estado em Interrogação»



Nelson Lopes
Licenciado em Ciência Política
(Escócia)

No caso específico da Guiné-Bissau, poucos anos depois de conquistar a sua independência, viveu a sua primeira experiência de golpe de estado em 1980, denominado Movimento Reajustador, perpetrado pelos militares, encabeçado pelo então Comandante da Divisão, João Bernardo Vieira (Nino), provocando assim a primeira ingerência dos militares nos assuntos da governação do país, seguindo o exemplo de outros golpes que ocorreram no continente africano.

Com a abertura deste precedente, os conflitos internos no seio do PAIGC, então considerado, *a força política dirigente da sociedade e expressão suprema da vontade soberana do povo, decidindo da orientação política da política do Estado e assegurando a sua realização em estreita ligação às massas trabalhadores* [Ver CRGB* de 1973], tomaram outros contornos, o que levou à desestabilização da governação, às constantes intencionalidades e inventivas de golpes de Estado, às depurações no seio do partido e do aparelho do Estado, às detenções e fuzilamentos de altas figuras do Estado, todos militares, provocando assim a crítica situação económico-financeira do país, cuja consequência desembocou na pressão, quer interna como externa, para a abertura ao multipartidarismo, entende-se democracia.

De salientar que desde a abertura ao multipartidarismo e a realização das primeiras eleições multipartidárias na sua história em 1994, a Guiné-Bissau

não conseguiu ver um governo e um presidente, eleitos democraticamente, cumprir uma legislatura completa, devido a sucessivos golpes de estados e conflitos armados, perpetrados pelos militares.

Na Guiné-Bissau, a força da arma continua a falar mais alto, pois recuando um pouco na história, desde o surgimento das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP's), dentro dum contexto de guerra, no Congresso de Cassacá em Fevereiro de 1963, os rumos dos acontecimentos passaram a ser ditados por estes.

O próprio Estado da Guiné-Bissau, surgiu das mãos dos militares e todos os processos político-diplomático subsequentes foram feitos pelos militares, permitindo assim a ingerência permanente das FARP's nas questões políticas. Resolvia-se e resolve-se as divergências ideológicas e não só, por via da arma, a ascensão no poder fazia-se e faz-se pela via da arma.

Segundo Tcherno Djaló, *"a história contemporânea da Guiné-Bissau, tem sido uma sucessão de actos de violência política institucional que marcaram profundamente a memória colectiva do seu povo, influenciando duma certa forma a sua cultura política. Independentemente das causas e/ou ideias defendidas por cada movimento político, é de constatar que as grandes rupturas políticas deste país se fizeram não na base negocial e de compromisso, mas de*

O século XX, mais concretamente a partir da sua segunda metade, proporcionou a oportunidade para que países africanos assumissem os seus destinos, obtendo as suas independências.

Uns pacificamente através do diálogo, outros obrigados a recorrer à força das armas.

A Guiné-Bissau, assim como a maioria dos PALOP's, enquadra-se neste segundo grupo de países, conquistando assim a sua independência através duma sangrenta luta armada de 11 anos (1963-74), sob a direcção do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), contra o colonialismo fascista português, passando a fazer parte do concerto das nações.

Apesar do ideal de liberdade e progresso defendidos aquando da luta de libertação, após a conquista da independência, o percurso que tem sido percorrido até aqui, tem-se distanciado em grande medida com os reais propósitos que nortearam esse espírito de luta.

violência política... [Ver T. Djaló Jun. 2000].

Num Estado de direito democrático, as forças armadas devem obdecer o poder político democraticamente eleito pelo povo. Esta norma encontra-se estipulada na Constituição da República da Guiné-Bissau, que segundo o seu Artigo nº 20 - 1 “as FARP’s, instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial da defesa de Nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública”. Ainda no mesmo Artigo no nº 3 “as FARP’s obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da Lei” e no número seguinte nº 4 “As FARP’s são apartidárias e os seus elementos, no activo não podem exercer qualquer actividade política” [Ver a CRGB, Dez. 1996].

O processo de transformação das FARP’s como parte dum Partido-Estado, para umas FARP’s republicana, tem sido até aqui o ‘calcanhar de Aquilís’ do próprio Estado guineense. Um assunto minimizado e relegado para um momento posterior aquando do processo da abertura do país ao multipartidarismo em 1991.

Com a democracia, infelizmente, o poder político não tem conseguido ao longo de todos estes anos dissociar-se da classe castrense, que constantemente tem imiscuído nos assuntos da governação, influenciando de que maneira as acções políticas. Esta influência dos militares, “convida” em parte também a uma reflexão sobre o pensamento de S. Huntington.

Segundo este pensador americano “as explicações de ordem militar simplesmente não explicam as intervenções militares. O facto é que as intervenções militares são apenas uma manifestação específica de um fenómeno mais amplo nas sociedades subdesenvolvidas: a politização geral das forças e instituições sociais. Nessas sociedades, a política carece de autonomia, complexidade, coerência e adaptabilidade. Todos os tipos de forças e grupos sociais se empenham directamente na política geral”. Ainda na mesma diapasão, ele sustenta “os países que possuem um exército político, possuem também um clero político, universidades políticas, burocracias políticas, sindicatos políticos e corporações políticas. A sociedade como um todo está fora do compasso, não apenas as forças militares...” [Ver Huntington: A ordem política nas sociedades em mudança].

A realidade guineense enquadra-se efectivamente dentro deste quadro, com as suas particularidades, associada à instabilidade político militar que teima em desestabilizar o processo, que se quer, da consolidação democrática.



A ausência de estratégias políticas que possam permitir o desenvolvimento do país e permitir a população possuir o mínimo essencial para a sua sobrevivência, acabou por dar, como que normal e aceitável qualquer levantamento militar, interferindo na governação.

Importa sublinhar aqui, que a instabilidade político-militar que se assiste na Guiné-Bissau, não começou com a abertura multipartidária adoptado em 1991, mas sim é a consequência de conflitos acumulados ao longo dos anos da luta armada de libertação nacional dentro do movimento da libertação, o PAIGC, que nunca foi resolvido cabalmente, deixando sequelas consideráveis no meio dos homens que um dia lutaram lado-a-lado, para um objectivo comum, do trinómio Unidade, Luta e Progresso.

É de se salientar que os golpes e contra-golpes, fazem parte dos vários factores determinantes que contribuíram para o fracasso da consolidação dum Estado forte e da democracia na Guiné-Bissau.

O que pode ser associado a uma elevada e forte envolvimento da elite militar na política nacional, como detentores, de facto, do poder e também, não menos relevante, o comportamento da classe política aliada à fragilidade das instituições.



E é verdade que não se pode exigir muito e a curto prazo das instituições, num país em que a democracia não é parte dos valores tradicionais da sociedade, como acontece aliás na maioria dos países africanos aspirantes a democracia, mas é necessário que haja vontade no seio da sociedade guineense, junto à classe política, em particular, para a fortificação das suas instituições, de modo a construir uma democracia assente em princípios aceites por todos e dentro das especificidades do país.

Por outro lado, é imperativo o respeito pelas normas constitucionais da Guiné-Bissau de forma a permitir a construção de um verdadeiro Estado de Direito, onde os militares obedecerão o poder civil democraticamente eleito e abster-se-ão de interferir continuamente na governação, missão essa da competência civil.

Um dos principais obstáculos que a Guiné-bissau enfrenta para o processo de consolidação democrática, é a renitência dos militares em se subordinarem ao poder político. E esta recusa de insubordinação, tem tomado contornos muita das vezes incontroláveis, na medida em que no seio dos próprios militares há elites que lutam pelo poder.

É imprescindível que os militares guineenses percebam que poderão continuar a ser mais úteis e contribuirão melhor para a estabilidade do país cumprindo com as suas funções, deixando a política para os políticos, porque em democracia são os políticos que devem fazer política e governar o país.

Outro elemento a destacar tem a ver com a assimetria salarial existente entre as chefias militares e os de patentes mais baixas.

A enorme discrepância, aliada a baixos salários, atrasos no pagamento de ordenados, a escassez contínua de abastecimento alimentar e ainda as más condições habitacionais nos quartéis, que propiciam a desvalorização do juramento de fidelidade militar, também contribuem de que maneira em criar situações de descontentamentos nos quartéis, o que tem provocado a vulnerabilidade na classe castrense.

A necessidade de encontrar um ponto de consenso entre os diferentes actores da sociedade, relativamente a grandes questões que teimam em bloquear o entendimento entre os guineenses, deve sobrepor-se a todas as dificuldades da classe castrense e ambições políticas e pessoais de alguns indivíduos, para que se possa efectivamente, implementar as grandes reformas necessárias para o funcionamento cabal das instituições da república.

E é aqui que importa levantar a questão de fundo. Como transformar as FARP's numas forças armadas republicanas tendo em conta a fragilidade do Estado?

Esta interrogação representa, sem dúvida, a vontade principal do povo guineense, de forma a permitir a estabilização do país e

o respeito pelas normas constitucionais que regem o funcionamento dum Estado de direito democrático.

A resposta provável passa pela tão aclamada reforma no sector da defesa e segurança, reforma essa que se quer inclusiva, e que capitalize todas as contribuições nacionais e internacionais.

As medidas a adoptar ao longo do desenrolar deste processo deverão incluir, entre outras, uma aposta séria na formação e capacitação dos que irão continuar na fileira militar, a criação de um gabinete de acompanhamento aos potenciais reformados, no sentido da sua reintegração na vida social, a reorganização estratégica da localização dos quartéis militares, e a aposta na formação de novos soldados.

Uma vez que a instabilidade militar não constitui a única fonte de problemas internos, considero igualmente importante o desenvolvimento, em simultâneo, de uma reforma estrutural da justiça e da administração pública, pilares importantes para um Estado que se pretende justo e voltado para o progresso.

Urge igualmente uma aposta séria no trabalho, na luta contra os grandes males que realmente afectam a população, e o respeito pela constituição da república, onde os militares constituirão peça fundamental na solução dos problemas.**

Pontos de vista sobre a Missão EU-SSR



A Reforma do Sector da Defesa e Segurança é uma preocupação sentida por toda a sociedade guineense. Esta Reforma implica a transformação completa da Defesa e da Segurança para reestruturar e modernizar o sector.

A comunidade internacional também considera a reforma uma condição essencial para a manutenção da paz, a construção do estado democrático e o desenvolvimento.

“Não há segurança sem desenvolvimento. Não há desenvolvimento sem segurança,” disse Kofi Annan, ex-Secretário Geral da ONU.

Por isso, foram apoiados, ao longo dos anos, vários projectos de Reforma na Guiné-Bissau. Mas, apesar de alguns resultados iniciais, os progressos para transformar o sector têm sido poucos.

A análise apresentada é parte de um trabalho de investigação que visa compreender o processo de Reforma do Sector da Defesa e Segurança. Focamo-nos aqui numa missão da União Europeia de apoio à Reforma, o EU-SSR.

Esta missão foi lançada em 2008, mas após dois anos, a UE decidiu que não a podia renovar devido à “instabilidade política e à falta de respeito pelo Estado de Direito”.

Analizamos as diferentes opiniões de actores da sociedade guineense sobre os resultados deste projecto, as dificuldades encontradas, e as lições que ele nos oferece.

Quais os resultados mais importantes deste projecto?

A missão EU-SSR foi lançada em 2008, com o mandato de dar assistência técnica à Reforma do Sector da Defesa e Segurança e Defesa na GB, contribuindo para criar condições de implementação da reforma.

O principal resultado foi o apoio à elaboração das leis básicas que definem o funcionamento das Forças Armadas e das forças de segurança, assim como o estatuto dos seus elementos. Este pacote legislativo dá à Guiné-Bissau uma base sólida para implementar a sua estratégia nacional de Reforma.

A missão também participou na elaboração de projectos específicos para serem apresentados aos doadores para financiamento.

Além deste pacote de leis, uma das contribuições consideradas importantes desta missão foi a visibilidade que deu à Reforma e que fez com que ela seja agora considerada uma prioridade nacional.

Quais foram os obstáculos que se levantaram a este projecto?

A missão identificou como problema fundamental, e que levou à sua retirada, a instabilidade político-militar na Guiné-Bissau.

Foram principalmente os acontecimentos de 1 de Abril de 2010, “a violação da ordem constitucional, as detenções ilegais e impunidade e a falta de compromissos das autoridades nacionais para com os princípios



Ana Larcher Carvalho
Investigadora CEA-ISCTE
(Lisboa)

democráticos, direitos humanos e Estado de Direito” que levaram a União Europeia a concluir que não estavam reunidas as condições para a missão continuar. A UE reiterou, no entanto, que a Reforma é crucial para o desenvolvimento da Guiné no qual está profundamente empenhada.

Além deste problema de fundo, a experiência de implementação do projecto revelou inúmeras contrariedades, desde a falta de infra-estruturas básicas e energia para a missão trabalhar, o que tornou difícil o seu arranque, até à fraca capacidade técnica dos órgãos responsáveis pela implementação da reforma.

Mas mais importantes foram as dificuldades no estabelecimento de relações de confiança entre a missão e a parte guineense, sobretudo no que diz respeito às Forças Armadas.



O tempo decorrido entre o planeamento e a execução da missão fez com que, por exemplo, alguns dos Ministros implicados na reforma já não reconhecessem a legitimidade do mandato da missão. Sucessivas mudanças de interlocutores políticos e militares criaram, depois, descontinuidades institucionais e entravaram a implementação do projecto.

Vários entrevistados referiram que passados vários meses a missão tinha estabelecido fracas ligações com os militares no activo e antigos combatentes guineenses, os interlocutores com quem deveria trabalhar.

Esta dificuldade está relacionada com a resistência da parte das forças de defesa que vêm na reforma uma ameaça à sua posição, mas também é devida à falta de conhecimento que existe sobre a própria Reforma e à pouca implicação dos militares no processo.

A falta de envolvimento dos protagonistas no processo teve várias consequências negativas (1) dificultou a implementação das soluções preconizadas; (2) reforçou a ideia de que se tratava de um projecto quase “imposto”.

Mas, por outro lado, quando houve vontade da parte das chefias militares, a missão conseguiu realizar os seus progressos mais significativos: este dado indica que a Reforma progride em função do interesse que o poder militar e político têm ou não em fazer as coisas mudar.

Outro dos problemas apontados foi o desfasamento entre as expectativas criadas pelo anúncio das largas verbas

envolvidas e a pouca visibilidade dos resultados e que levou a uma “resistência natural” à missão por parte da população e a algumas tensões da parte dos militares.

A missão não contemplava recursos para o desenvolvimento da Reforma, sendo apenas uma missão de assistência técnica. Criaram-se assim falsas expectativas: de acordo com uma entrevista “deixou os militares inquietos e impacientes com tanta expectativa que não deu em nada”.

Falhou aqui a estratégia de comunicação da missão sobre os seus objectivos. Só tardiamente a missão começou a utilizar a rádio e, ainda assim, não usou as rádios comunitárias, instrumentos privilegiados de notícias. Mais, esses programas de rádio deveriam ter sido feitas por militares e não para os militares.

Outro dos factores referidos por vários entrevistados é o limitado conhecimento da missão sobre os contornos culturais, históricos e políticos da Guiné-Bissau: “tentaram exportar modelos testados em outros lugares para a Guiné, sem conhecimento adequado do contexto, levando a choques e conflitos de interesses”.

Vários entrevistados salientam, neste domínio, que a Reforma tem de ser feita nos quartéis, e daí para a sociedade e não o contrário: “os militares, das chefias aos soldados, é que precisam de ser convencidos da necessidade da Reforma”.

Ainda em relação ao conhecimento imperfeito da situação, foi salientado o facto de esta missão ser essencialmente militar e não multidisciplinar, tendo faltado o envolvimento de académicos conhecedores, o que dificultou a capacidade de compreender as forças políticas, sociais, económicas, culturais no país que são os recursos internos necessários para lançar o processo de transformação.

Outros dos factores é que a Reforma foi vista como um problema técnico e económico enquanto, na realidade, é um processo essencialmente político.

Na verdade, o objectivo de “diminuir os efectivos de defesa e segurança”, provoca desconfiança nas Forças Armadas que vêm na Reforma uma ameaça. A diminuição de efectivos significa um grande número de “perdedores” da Reforma, o que muito pode contribuir para a instabilidade.

“Estar na tropa, para alguns grupos étnicos é motivo de orgulho, de status social, e quando juntarmos a isso, o narcotráfico e o dinheiro que dessa actividade circula, num país onde mais de 65% da população vive com menos de 2 USD por dia, então compreendemos a resistência em relação a Reforma”.

A própria tomada de decisão em relação a certos aspectos da Reforma, representa riscos para os decisores políticos: “o poder político refém do poder militar não tem coragem para tomar decisões; não se pensou como proteger os decisores políticos, e eles ficam vulneráveis ao poder militar,” disse um investigador.

Por fim, a demora na obtenção de resultados, e o insucesso repetido dos vários projectos poderá ter contribuído para o fortalecimento das facções que dentro das Forças Armadas não aderem à reforma.

Pode desta maneira tornar-se mais difícil a mobilização de vontades e fundos para uma intervenção credível e eficaz.

Será a intervenção da comunidade internacional no sector da segurança necessária?

A maioria das pessoas consultadas acredita que a intervenção externa é necessária, porque o poder político não tem autoridade bastante.

O papel da comunidade internacional é importante para permitir que as forças favoráveis à reforma possam actuar.

A retirada do apoio internacional poderá ainda piorar a situação favorecendo os grupos que não permitem o normal funcionamento das instituições democráticas e levar ao aumento do tráfico de droga, desmotivar o retorno dos quadros na diáspora e impedir a progressão democrática.

Por outro lado, há quem defenda que a estabilidade só pode ser construída dentro do próprio país e que a intervenção da comunidade internacional pode impedir que se encontrem soluções próprias.

Quais os factores importantes a ter em conta no futuro?

Do conjunto das entrevistas pode concluir-se, em síntese, para uma resposta deste alcance que a transformação do sector da Defesa e da Segurança é um processo político que tem de ser integrado no processo mais lato de construção do Estado. A construção do Estado tem de estar enraizada nas forças políticas, sociais, económicas, culturais do país.

É necessário mobilizar recursos internos (actores políticos, militares e da sociedade civil) para lançar processo de transformação. Só assim se poderão encontrar consensos reais para a resolução dos problemas. **

«Imagens de Bissau»



O poder das armas ou as armas do poder?

Uma reforma do sector da polícia, da justiça e das Forças Armadas da Guiné-Bissau, mais do que uma necessidade é uma obrigação a sua implementação. Os últimos acontecimentos do passado dia 1 de Abril de 2010 são gotas num mar de acontecimentos que ultimamente têm manchado a imagem da Guiné-Bissau.

Nos últimos 10 anos foram assassinados três chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas: Ansumane Mané, Viríssimo Seabra e Tagmé Na Wae. Como é que se assassinam três chefes de Estado-Maior General e ninguém é condenado e muito menos julgado? "Há razões que a própria razão desconhece".

Apelou-se a amnistia nacional e o General Zamora Induta foi nomeado chefe Estado-Maior General das forças armadas, como símbolo da mudança e da nova face no seio dos militares. Procurou rapidamente limpar o podre que existe no seio dos militares, criando condições mínimas de higiene e segurança nas casernas dos militares. Pelo menos foi o que as notícias noticiavam.

Foi brutalmente afastado do poder pelo seu vice-chefe de Estado-Maior General das forças armadas António Injai. As razões que estão por detrás deste acontecimento são desconhecidas e recheadas de especulações.

Porém, António Injai foi premiado pelo seu acto com a sua nomeação à chefe Estado-Maior General das forças armadas, função que já vinha desempenhando desde os acontecimentos do dia 1 de Abril. E como se não bastasse o Presidente da República, Malam Bacai Sanha, afirmou: "Tomámos a nossa decisão soberanamente, porque somos um Estado

soberano". E durante uma cimeira que houve na ilha do Sal, em Cabo Verde, comentou que "uma coisa é querer, outra coisa é poder". Ou seja, aparentemente, reconheceu o que muitos observadores têm vindo a dizer. As estruturas políticas do país não têm poder suficiente para se opor às decisões tomadas pelas estruturas militares, de há muito a necessitarem de uma profunda reestruturação e reforma.

"Corta nasci, anós i raça banana", é um velho ditado, que faz jus a situação dos militares na Guiné-Bissau. Quando aparenta estar resolvido um problema, aparece outra situação no caule do problema anterior.

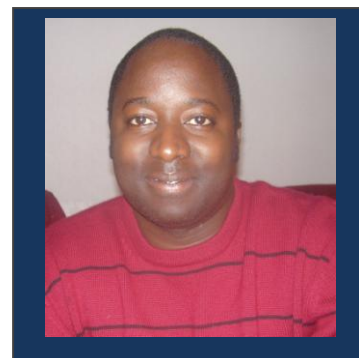
Sou apologista e adepto incondicional da "não-violência" por isso pretendo com este artigo apelar o "eco da voz di Paz" na Guiné-Bissau. É importante a paz e a reconciliação. É fundamental a reestruturação e a reforma das Forças Armadas. É difícil construir uma sociedade pacífica através do uso da violência. Para obtermos a Paz, ela deve estender a todos os indivíduos da nossa sociedade.

As estruturas políticas devem ser suficientemente adaptáveis e robustas para responderem à correlação das forças existentes na sociedade senão a contestação e a violência passam a dominar a paisagem política.

Temos que unir e evitar as especulações, fazer da verdade o pão-nosso de cada dia, porque só ela nos salvará.

As razões da nossa pobreza resumem-se desta forma:

- A ausência de políticas eficazes de combate a pobreza e a exclusão social, associada a desigualdade continuada na distribuição dos rendimentos, da riqueza, dos



Omarildo Silva
Mestre em Desenv. e Cooperação
Internacional (Londres)

recursos e das oportunidades;

- existência de conflitos armados e guerras civis;
- má gestão dos recursos e dinheiros públicos;
- redução continuada da oferta interna de bens essenciais;
- destruição e deficiente manutenção das infra-estruturas físicas, sociais e económicas;
- definição incorrecta das prioridades e sistema ineficaz de programação e gestão do investimento público e das despesas do estado;
- Capital Humano pouco qualificado e desvalorizado
- debilidade dos sistemas e padrões de educação, formação profissional, saúde, protecção social e saneamento básico;
- fraca participação democrática e cívica e desrespeito pelos direitos humanos mais elementares;
- acesso difícil aos sistemas sociais básicos;
- fraca mobilização da sociedade civil e consciência social débil;
- ausência de informação sobre o padrão e as características da pobreza e da exclusão social.

Sendo assim a nossa luta é contra estas causas da nossa pobreza e não matarmo-nos uns aos outros sem provas. Não deixemos que o poder nos dê armas e tão pouco deixemos que as armas nos dêem poder.

O nosso país é verde e o verde é a cor da esperança, por isso tenho esperança numa verdadeira reconciliação nacional.**

«Aos velhos camaradas, não bastará uma simples Reforma»



Flaviano Mindela dos Santos
Artista plástico
(Lisboa)

Depois de tantas barbaridades políticas pós independência, alguns anos a esta parte, na sequência das mesmas, fingimos acreditar que para o país avançar definitivamente rumo ao pleno desenvolvimento, temos que empurrar para a reforma os nossos velhos camaradas - que por imperativos de vários factores desfavoráveis a eles em particular, mas paradoxalmente favoráveis a nossa triunfante libertação da humilhação colonial - não tiveram a oportunidade de aprender muito mais, para o pleno progresso da nossa sociedade, do que fazer o uso das armas.

Eu explico.

Dos factores que acima quis referir, entendi precisar só de alguns detalhes desses, para reforçar a minha posição, sobre o assunto tão complicado, que é as reformas no nosso sistema de defesa e segurança:

Que a administração colonial nunca se preocupou de facto, com a educação, com a saúde e com o bem estar sociocultural das nossas populações, todos nós sabemos; portanto, todos nós devemos deduzir que no interior

do nosso território, (sendo a condição que mais interessa nesta contribuição) nem sequer existiam escolas básicas, como instrumento de aprendizagem, para uma melhor integração, na convivência entre cidadãos constituídos em agrupamentos institucionais, com grande importância para as instituições do Estado, ou seja, o próprio Estado, na sua vastíssima amplitude.

O que restara a essa esmagadora maioria da nossa pacata gente, foram os limites das respectivas comunidades, e as suas tradicionais regras de funcionamento.

Só para lembrar algumas das mais fundamentais dessas regras, menciono as que determinam o quanto tudo deve obedecer os rígidos ensinamentos dos nossos antepassados:

-As que determinam o quanto os mais novos, não devem de maneira alguma, ultrapassar a iniciativa dos mais velhos, sobretudo nas decisões susceptíveis de perturbar a doutrina comunitária;

-As que determinam o quanto os relacionamentos de pertença, acabam por suplantar todos os outros compromissos; ou as que determinam o quanto os sinais de grandes mudanças, quase que nunca devem ser bem vindos...

E aqui se quisermos, podemos identificar um dos maiores entraves, a tal ansiada reforma nas nossas forças de defesa e segurança!

-O envolvimento na gloriosa luta armada de libertação nacional,

não foi assim concretizada da mesma maneira por todos os nossos camaradas, como aparenta.

- Houve os que a partir de um certo momento, ganharam uma consciência patriótica, descobrindo que são capazes de dirigir e fazer parte de um povo livre, circunscrito num território livre.

- Houve os que foram consciencializados pelos primeiros, e optaram por envolverem-se na luta armada de libertação nacional, encarando todas as suas consequências.

- Houve os prevaricadores de vários índoles, inclusive criminosos de sangue, que para fugirem às autoridades coloniais, aproveitaram a camuflagem da noite, para passarem para o lado da resistência, e ainda hoje incorporam um grosso quinhão das malícias na nossa sociedade.

E por fim houve os que pela estratégia da guerrilha na procura de uma retaguarda segura no interior do nosso território, foram apanhados de surpresa nas suas rotinas rurais, sem muitas alternativas, tiveram que suportar e servir a causa da nossa independência. São justamente os sobreviventes desses últimos camaradas, que hoje acabaram por constituir a substância da maioria dos visados das reformas.



Esses que antes, só souberam transportar um modo elementar de estar na vida comunitária, para se integrarem de pés descalços como combatentes na luta armada de libertação nacional; como tal, foram obrigados a assimilar as extremas regras da disciplina militar, onde o cumprimento duma ordem superior, chega a ser uma missão mais que sagrada, e assim tomaram os primeiros e os únicos contactos estruturados com o Mundo.

Fui mobilizado para as nossas forças armadas nos finais dos anos oitenta, com mais um significativo grupo de colegas, logo depois de terminarmos os estudos liceais, com o propósito que tanto nos entusiasmou, da necessidade de requalificar o pessoal militar.

Servi como um dos assessores no gabinete do Chefe de Estado Maior de Exército, e mais tarde, servi como desenhador nas Operações do Estado Maior General das Forças Armadas, para testemunhar o suficiente, sobre os avanços e recuos nas diligências reformistas, em que pelas consequências de planos mal elaborados, e da hipocrisia duma determinada cúpula, os destinados às reformas, deveriam ser uns supostos dissidentes do regime. Facto que como é óbvio, acabou por ditar quase todos os adiamentos, para conhecermos todas as extravagantes amarguras dos últimos anos.

Vou dizer que concordo com a facilitada ideia da necessidade duma reforma urgente nas nossas forças de defesa e segurança, mas permitam-me a redundância de lembrar que devemos avançar em primeira instância, com toda a prudência,

de maneiras a que ninguém se sinta os incómodos da perseguição política.

Tendo em conta o que até aqui pretendi evidenciar, para melhor reconciliarmos com a nossa história, enfrentando na mesma a implacável realidade das reformas, devemos procurar corrigir os passos, através de equações mais eficazes, como por exemplo, a criação de uma entidade com especialistas credíveis, para o acompanhamento personalizado dos reformados, na aplicação dos seus rendimentos, e deixarmos de os disponibilizar de olhos fechados, quantidades de dinheiro fresco, que como tem acontecido, partem logo para investimentos fúteis, tais como:

- construção de casas enormes para família, mas tão frágeis para resistirem duas épocas de fortes chuvadas;

- aquisição de viaturas para transportes urbanos tão corroídas, que não conseguem assegurar as devidas manutenções por uns meses;

- ou ainda lembrarem-se de pôr em dia todas e mais algumas cerimónias tradicionais, sobretudo as dispendiosas cerimónias fúnebres de parentes falecidos a muitos e muitos anos passados, e depois de todo o resto, voltarem de seguida à miséria dos dias que correm, para continuarem a existir como potenciais perturbadores da ordem democrática.

Outra das equações que julgo por bem debatermos, como forma de fazer justiça a uma certa geração dos mais sacrificados durante a nossa luta de libertação nacional é, com alguma fracção dos financiamentos disponíveis para as

reformas, a instituição de um fundo de assistência, com rigorosos critérios de beneficência, para apoiar na educação e saúde dos filhos - o que se deverá revelar tarde demais para esses - assim como também os netos de todos os devidamente autenticados antigos combatentes, pela liberdade do nosso território, proporcionando-os razoáveis qualificações académicas, com uma aposta fundamental nas formações de natureza profissionalizante, para que possam alcançar melhores patamares à nível remuneratório.

Reparem que com isso também, tendo em consideração os amplificados mecanismos da nossa tradicional solidariedade familiar, poderemos estar no mínimo, ainda que no final de todas as contas, a garantir uma velhice menos desconfortável, aos nossos velhos camaradas de armas.

Ah! Uma das fundamentais medidas legislativas que essa reforma devia englobar, é a que poderá limitar no tempo, o exercício nas funções de topo das chefias militares. Será uma forte possibilidade de evitarmos a tendência de candidaturas e nomeações musculadas, e com base na intriga, as tentativas de eternização.

Ser, Conhecer, Compreender e Partilhar.

«Refundar uma Nação»



Ireneu Vaz
Engenheiro civil
(Luanda)

Na abordagem política dos temas que prendem a atenção dos concidadãos da Guiné Bissau e alguns interlocutores atentos ao evoluir da nossa situação, tendencialmente o debate se gravita em questões de respeito da ordem institucional, da (in) subordinação do poder militar ao poder político, da ineficácia dos órgãos institucionais e outros aspectos de carácter formal e/ou estatutário dos órgãos da soberania. E naturalmente a trágica dificuldade financeira e económica do país.

Desde 1998 têm-se assistido a sucessivos incidentes, acidentes e por vezes muito graves que atentam contra a estabilidade do sistema político, económico e social do país.

Na análise das razões e propostas de soluções, regularmente a questão da instabilidade e fragilidade do poder militar, nas suas hierarquias superiores, vêm sendo visto como a causa primária das sucessivas convulsões. Do mesmo modo, também é conhecida a promiscuidade entre as forças políticas e as hierarquias militares com algum pseudo poder de influenciar os

acontecimentos numa ou noutra direcção.

O drama nacional, por assim dizer, continua a ser a forma como os problemas são identificados, sintetizados, esquematizados e raramente tratados com relativo pragmatismo dos intervenientes.

Num plano teórico, (sem o qual nada se constrói de facto), surge a necessidade de repensar não só os problemas do país enquanto consequências e causas que se retro-alimentam, mas sobretudo pensar a nação no seu todo. Pensar a Nação é antes e acima de tudo, construir uma Visão para o país.

Este exercício foi realizado na altura que se iniciava o movimento político que levou o país a luta armada e a consequente independência. Não se tratava de saber se o país tinha ou não problemas com menor ou maior gravidade em vários sectores, tratava-se antes, de construir de forma consistente e sólida uma visão, uma consciência e sobretudo uma identidade capaz de fazer face a esse momento histórico. Esse ponto de partida, nada mais é que a fundação da Nação Guineense.

Hoje, volvidos vários anos após a independência, torna-se intrigante questionar, porque é que não conseguimos consolidar a nossa nação. Onde está a nossa visão do país, onde navega a nossa consciência colectiva?

O derradeiro desafio que nos coloca a todos, e que de certo

modo, nos tocará de forma irreversível, é a nossa vontade firme de construir uma nação consciente de sua importância para si mesma e sem complexos na sua afirmação nacional.

Aceitar o desafio de assumir o próprio destino e de criar de si, as condições materiais para que este destino ganhe forma, é o desafio que esta geração tem de enfrentar e vencer se um dia aspira a sua dignidade humana, enquanto povo.

O palco político em que o destino de uma nação se constrói pelo menos no plano formal, deve e tem que ser conquistado novamente por mentes capazes de edificar uma consciência nacional e uma visão de nação, acima de qualquer forma de impedimento ou causalidade circunstancial.

A Guiné Bissau, é um país que não pode ser diminuído na sua afirmação como nação integral e como país aspirante a uma paz social duradoura, premissa de toda a realização humana.

Os órgãos de soberania, governo, presidência, assembleia, tribunais e por extensão as Forças Armadas, assim como toda a estrutura que administra o país, a que se chamará de Estado, não podem continuar a existir de forma semi-independente e a concurso de acções, visões ou interesses discordantes ou dissonantes entre eles.

Os órgãos da soberania são instrumentos que devem estar disponíveis à concretização de uma visão, de uma consciência partilhada e sobretudo de uma afirmação dinâmica da Nação.

Não se trata de “órgãos de poder”, mas antes e acima de tudo “órgãos de dever”. É um dever acima de tudo, erguer uma nação nos princípios de uma consciência comum partilhada e absorvida pelos cidadãos.

A historia dos outros países com alguma consolidação do processo de paz social, nos vários continentes do mundo, nos mostram que para lá dos desafios que os povos tem a sua frente, a vitória só é possível quando se consegue construir de forma progressiva e firme uma politica abrangente assente numa visão nacional e numa consciência forte do desafio que a história nos convida a vencer e por esta via, consolidar a união dos homens e das mulheres que partilhem o mesmo sentimento nacional.

A Guiné Bissau não é e nem pode querer ser um país sui generis, simplesmente porque tem factores internos e externos que concorrem pela sua recorrente instabilidade politico-militar. O nosso desafio é exactamente a evidencia dessa não sui generisidade.

As forças armadas revolucionária do povo (FARP) são uma instituição fundada para cumprir uma missão e sobretudo manter uma visão da nação. Não é uma instituição criada para ser um problema ou um obstáculo a vida do seu próprio povo. Ninguém pode alienar esse entendimento nacional da missão das FARP, aliás como de todos os demais órgãos da soberania.

A edificação da paz, é antes e acima de tudo, o primeiro objectivo material para uma instituição armada. Não faz sentido a existência de uma força armada se a sua missão não for a garantia da soberania

das fronteiras e a da paz no seu interior. É esta a missão soberana das FARP e a ela deve ser mantida.

As sucessivas convulsões que se deram no seio desta instituição, devem ser encaradas não como uma fatalidade em si, mas sobretudo como uma necessidade de refundação dessa mesma instituição.

Não se trata de reforma no sentido restrito do termo, trata-se de refundar a missão, a visão e a consciência dessa instituição. Só após esse exercício é que se poderá fazer as reformas de ponto de vista prático (redução de efectivos, formação de novos quadros, dispensa/reforma dos antigos combatentes, reconstrução das casernas, criação do fundo de pensão das FARP, entre outros).

A edificação da paz, é um desafio nobre e motivante para todo aquele que se dedicar a essa causa. Não se limita somente aos políticos essa missão. É um imperativo nacional. Todos podem e devem contribuir nesta árdua tarefa. A paz se constrói primeiramente no interior do homem, para de seguida poder ser partilhada com o seu semelhante.

O pior inimigo para o Homem, e de certa forma para a paz e para uma nação é o Medo. O medo de pensar, o medo de falar, o medo de agir, o medo de acreditar, o medo de morrer. O medo é exactamente a arma que todas as formas de ditaduras, usam para conseguir manter o seu poder o mais longo tempo possível. É esse medo, o único e o maior inimigo a Paz e formação da consciência nacional, necessária a refundação da nossa nação.

A Guiné Bissau, encontra-se numa encruzilhada histórica onde é convocada a tomar grandes

decisões sobre o seu presente e de certa forma sobre parte do seu futuro. Quando assim acontece, as decisões não podem e nem devem ser adiadas. Mas, para que haja uma base sustentável para as decisões é urgente a formação de um consenso alargado ao nível nacional onde se deverá discutir de forma simples e clara, não os problemas do país, mas sobretudo a visão que se pretende dar ao país no presente para os próximos anos a vir.

É sobre esta visão que se deverão se encontrar os meios e instrumentos para resolver os problemas do país e sobretudo procurar alavancas que o estructurem para o futuro nos vários sectores da sua dinamização.

A acção política inicia-se aqui. Inicia-se na construção de uma dinâmica de consciencialização forte e capaz de forjar um entendimento sobre a visão que se pretende para o país.

Todos somos convocados a dar a nossa humilde, mas preciosa contribuição nesse empreendimento para construir uma visão forte, comum e sobretudo sustentável essencialmente pelas nossas capacidades internas enquanto povo, cientes da sua fragilidade e do seu valor.

Procurar ser selectivo na forma como os apoios e as cooperações externas possam ser tratadas. Não deixando que a soberania nacional e a tarefa de refundação da nossa nação seja orientada por instruções e directivas que em nada partilham o ideal comum que um povo possa aspirar. Ser livre, ser soberano e sobretudo viver em Paz e Progresso.**

Mensagens e comentários dos nossos leitores

Caros(as) Senhores(as), Em resposta ao email que me enviaram tenho a fazer a seguinte reflexão do tema «Podem as Forças Armadas serem reformadas?»

A minha proposta não é muito a favor de as forças armadas serem reformadas, mas sim reformarem-se, porque ao serem reformadas, podem gostar ou não gostar desta possibilidade, então vamos dar a possibilidade de auto-reformarem-se. Devem compreender que a paz é boa, que a paz faz bem, aumenta a autoestima, que com a paz respire-se ar saudável, a paz dá-nos a possibilidade de sorrir, de viver, de sentir que é bom viver.

A questão que se coloca é como chegar a este momento em que será possível as Forças Armadas compreenderem isto? É uma ginástica que não é fácil e exige muita inteligência, muita reflexão, muito amor ao próximo, respeito pelos direitos humanos, respeito pela vida. Vamos todos fazer esta ginástica, este exercício.

Começemos pelo ponto de partida: o ponto de partida é encontrar uma equação onde se respeitem todas as parcelas intervenientes, porque o problema não afecta apenas as forças armadas pois elas não são um caso separado da sociedade. São filhos, pais, esposos, irmãos, tios, primos etc, etc, conforme se sabe que a família africana é bem alargada, quando elas estão em conflito logo toda a sociedade entra em conflito.

Ser das forças armadas é para defender o país dos malfeitores, daqueles que usurpam a propriedade alheia, colonizadores, opressores, etc.

Ser das forças armadas é proporcionar o bem estar ao país, garantir que a sociedade esteja protegida, garantir que se viva com segurança, pois ela precisa disto para poder produzir alimentos para auto sustento, para a comercialização, para exportação e para produzir riqueza. Ninguém gosta de ser pobre. As circunstâncias é que obrigam a pessoa a viver na pobreza material, mental, espiritual, educacional, cultural, científica, etc.

(...)

O individualista quer que tudo esteja voltado para si, quer ser servido primeiro e defende apenas os interesses pessoais. Durante as reuniões quer falar o tempo todo, sempre escapa das tarefas mais difíceis, não gosta de fazer esforço e sacrifício. Quando sente que vai ser prejudicado nos seus interesses começa a xingar e atacar os outros. Desconfia de tudo e de todos porque vê nos outros uma ameaça aos seus interesses, pois gosta de agir sozinho e quer resolver os seus problemas por fora da reunião e não respeita as decisões colectivas. Para o individualista não tem valor nenhum a organização.

REBECA GLÓRIA GOMES

Associação Guineense Dos Deficientes- AGUIDE

«Caros senhores investigadores da Voz di Paz, um projecto de louvar, para todos os guineeses. Mas os senhores auscultaram toda a população das Regiões que compõem a Guiné-Bissau e fora do País, mas durante esta auscultação, não encontraram nenhum deficiente que podia dar também o seu ponto de vista sobre este projecto de auscultação? Ou não existem pessoas portadores de deficiência na Guiné-Bissau? Se existem devem dar também os seus contributos para este projecto.»

De seu amigo Francisco N'tchama

Nota da Redacção: Caro leitor, a Voz di Paz tem por princípio basilar a inclusividade. Informamos que dezenas de portadores de deficiência participaram nas auscultações da Voz di Paz e algumas fotografias destes constam no relatório sobre as causas profundas de conflitos na Guiné-Bissau, que será brevemente lançado em Bissau.

«Com muito gosto e prazer recebo as vossas publicações através do meu e-mail.

Por outro lado, felicito esta equipa pelo empenho na divulgação da mensagem e promoção da paz, que é tarefa muito difícil no seio das nossas comunidades, não só pela má interpretação dos conteúdos das mensagens assim como obstrução dos avanços das actividades. Um forte abraço à equipa»

Bicamtala Na Dum

«Como Nacional que sou, aproveito esta oportunidade para dar o meu contributo para o Bem da Guiné-Bissau que é de todos nós.

Penso eu, que devemos ter cultura de Guineendade e não de Matchundade! Os Antigos Combatentes devem mudar para que possam ajudar os seus irmãos do mesmo Pai, que é a Guiné-Bissau. (...)

Fazer reforma envolvendo todos no processo, porque devemos pôr de lado «sou mais antigo», pois chegou a hora de mostrar conhecimento, porque neste século que estamos é do conhecimento para o desenvolvimento»

Bassafim Albino

Marcha Civil-Militar de 13 de Novembro em Mansoa ver pág.5



Escreva para a
 **ECO** da Voz di Paz

Envie-nos os seus artigos, comentários e
sugestões para vozdipaz@gmail.com
Contamos com a sua participação!

FICHA TÉCNICA: Eco da Voz di Paz - Boletim Informativo **Proprietário:** Voz di Paz - Iniciativa para a Consolidação da Paz **Coordenador:** Fafali Koudawo **Editora:** Joacine Katar Moreira;
Redactores: Fafali Koudawo; Joacine Katar Moreira; Isaiete Jábula, Alberto Quematcha, Udé Fati;
Participação: Raúl M. Fernandes; Nelson Lopes; Ana Larcher; Omarildo Silva; Flaviano Mindela; Irineu Vaz;
Concepção gráfica e fotocomposição: JKM-Consulting (geral.jkmconsulting@gmail.com) **Número:** 7-10
Data: Setembro-Dezembro 2010 **Local:** Guiné-Bissau **Periodicidade:** Mensal **Tiragem:** 1500 exemplares

Parceiro: Interpeace

Financiado pelo Governo da Finlândia